

Journal do CRP-06

CRP e Fundacentro promovem Encontro sobre Psicologia e Trabalho

A Comissão de Psicologia do Trabalho do CRP-06 e a Fundacentro, instituição vinculada ao Ministério do Trabalho, que tem como finalidade a pesquisa e o ensino na área de segurança, higiene e medicina do trabalho, promoverão, entre os dias 20 e 23 de maio próximo, no Salão Nobre do Instituto de Psicologia da USP, o I Encontro de Psicologia e Trabalho.

O Encontro, que prevê a participação de psicólogos, profissionais de recursos humanos, de segurança e saúde ocupacional e de relações do trabalho, tem como objetivo ser um espaço para a reflexão e debate sobre a atuação do Psicólogo nas organizações e suas implicações nas Relações de Trabalho.

A idéia de se fazer um encontro surgiu já há alguns meses dentro da Comissão — integrada por psicólogos de várias instituições, inclusive da Fundacentro — e tomou corpo, na medida em que se constatou que o momento era oportuno para a sua realização, visto que importantes mudanças estão ocorrendo nas Relações de Trabalho no Brasil.

De acordo com os integrantes da Comissão de Psicologia do Trabalho, essas mudanças são incontestáveis em vários campos da sociedade brasileira e fazem-se notar na preocupação e nas reivindicações por melhor qualidade de vida, que se refletem nos movimentos políticos, sindicais e sociais, e por participação na vida social, bem como por busca de acesso a bens e serviços, notadamente de saúde, educação e trabalho.

"Ao lado disso", relata um dos organizadores, "presenciamos uma nova era nas relações de trabalho: sindicatos de empregados e empregadores mais organizados, greves, prática mais constante de negociações, comissões de fábrica, etc."

"Outro lado importante", salienta, "é a entrada, quase súbita, do Brasil no campo da Informática e de tecnologia avançadas, cujo impacto sobre o trabalho, sobre as condições de trabalho e sobre o emprego, foi, até agora, pouco estudado."

Ainda de acordo com integrantes da Comissão, paralelamente a esses fatores, nota-se que a demanda por psicólogos e por profissionais de Recursos Humanos, por parte das organizações, crescem quase geometricamente.

Todos estes pontos levantados pela Comissão resultaram nas seguintes questões: quais as reais razões deste

aumento crescente de demanda? Quais as expectativas das partes envolvidas, empresários, trabalhadores e dos próprios psicólogos e profissionais de R.H. com relação ao papel destes últimos nas relações de trabalho?

Quais as contribuições da Psicologia como ciência e profissão no processo de mudança da sociedade brasileira? Estamos, na nossa prática concreta, caminhando na mesma direção em que se movimenta a sociedade brasileira?

Estarão os nossos modelos de atuação, a nossa

formação, ética e postura adequados às circunstâncias atuais e futuras?

São estas as questões básicas que nortearão o Encontro e que os organizadores pretendem ver debatidas e aprofundadas durante os três dias de discussões, esperando-se que surjam respostas a elas, assim como novas indagações.

PRESENCAS IMPORTANTES

O I Encontro de Psicologia e Trabalho reunirá depoimentos de empresários e trabalhadores, contribuições de psicólogos de renome bem como enfoques de profissionais de outras formações, com conhecimentos, inclusive, de outras culturas, a fim de municiar o Psicólogo com informações e subsídios que lhe permitam ampliar a visão e descortinar novas perspectivas. Até o momento em que fechávamos esta edição estavam confirmadas as presenças de nomes significativos das mais diversas áreas, como: Sigmar Malvezzi, Sylvia Leser, Plínio Assman, Renato Pasqualini, Marco Antonio Salomão, Luiz Gushiken, Antonio Lara Ducca, Afonso C. C. Fleury, Hercília M. Valladares, Peter K. Spink, Walter

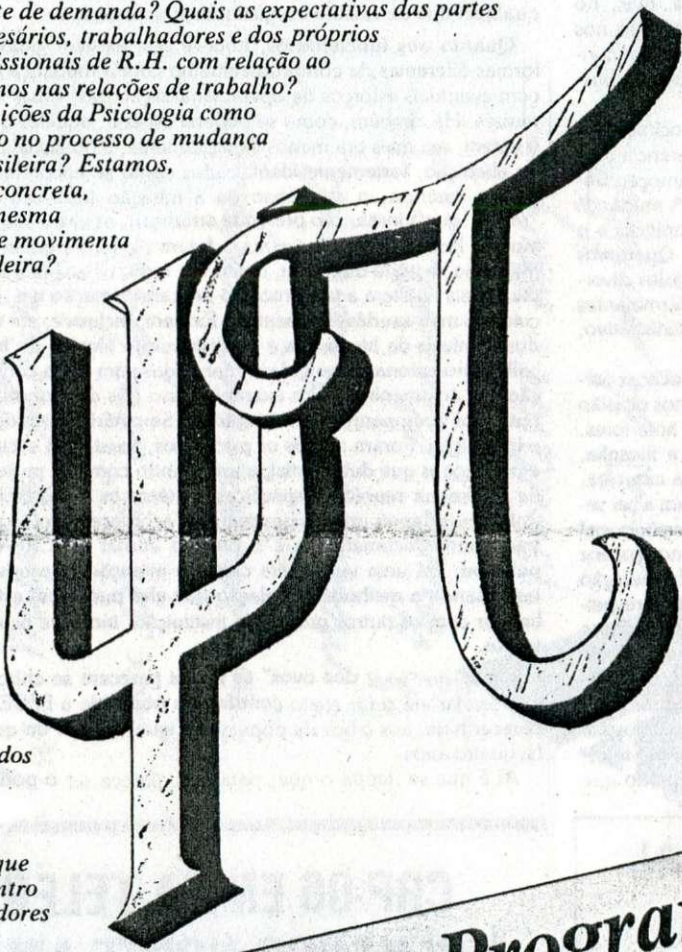
Barelli, Emir Sader, Odino Marcondes, etc.

COMO PARTICIPAR

O evento pretende ser, acima de tudo, como o próprio nome diz, um encontro de pessoas que estejam envolvidas com a questão Psicologia e Trabalho. Foi pensando em enfatizar esta preocupação que os organizadores reservaram um espaço bastante significativo para a apresentação dos trabalhos, grupos de discussões e mesas-redondas com debates dos respectivos temas.

No dia 22 de maio, segundo dia do Encontro, haverá apresentação de trabalhos, experiências e pesquisas em torno dos temas pautados. Estima-se 15 a 20 minutos para cada apresentação. Os interessados deverão entrar em contato com o Setor de Congressos e Eventos da Fundacentro até 9 de maio.

As inscrições poderão ser feitas na sede da Fundacentro e a taxa cobrada será de Cz\$ 200,00. Endereço: rua Capote Valente, 710 - fone (011) 853-6588 — ramais 116/327 — Setor de Congressos e Eventos.



Programa

20/5/86

19:00 hs — Abertura
21:00 hs — Conferência: História da Psicologia do Trabalho

21/5/86

Tema: Sociedade e Trabalho
09:00 hs — Painel: Sociedade e Trabalho no Brasil
14:00 hs — Sociedade e Trabalho em Outros Países

22/5/86

Tema: As Organizações e as Relações de Trabalho
09:00 hs — Painel: As Perspectivas do Empresário, do Trabalhador e do Profissional de Recursos Humanos
14:00 hs — Mesas-redondas:
• Saúde e Segurança Ocupacional
• Experiências Brasileiras em Relações de Trabalho

23/5/86

Tema: O Futuro das Relações de Trabalho
09:00 hs — Conferência: Psicologia e Trabalho: Tendências e Perspectivas
10:45 hs — Grupos de Discussão:
• Formação
• Ética
• Educação para o Trabalho
• Processos de Atuação
• Mobilização/Organização da Categoria
16:00 hs — Plenária de Conclusões e Encerramento

EDITORIAL

FEBEM: do caos aparente à necessidade de repensar o cotidiano

Os últimos acontecimentos da FEBEM de que se têm notícia parecem atestar a inviabilidade dessa instituição. Um governo democrático e uma direção, como a atual, que se propõe também democrática parecem não conseguir fazer a FEBEM desviar-se da sina de ser um atendimento mal sucedido à minoridade.

Não vamos, hoje ou aqui, retomar a questão de que, como instituição social, a FEBEM foi criada e é praticada para dar conta dos "frutos adversos" de um certo tipo de relações sociais.

Já sabemos que o abandono e a infração de crianças e adolescentes das classes populares são engendrados em outro nível — no nível estrutural do conjunto da sociedade.

Já sabemos que a FEBEM existe, basicamente, para recluir "resíduos não gratos" e não para resolver. Já sabemos também que, por tudo isso, ela não consegue levar a bom termo um problema que tem origem na ordem econômica e política — na mesma ordem em que ela própria se origina. Estamos considerando todos estes pré-supostos. Mas, no momento, consideramos também, que é de pouca valia nos apegarmos a eles, pois, no limite máximo, o que assim conseguiríamos fazer seria apenas uma crítica esvaziada de busca de outros rumos e de outras tentativas.

Não queremos, por outro lado, cair num raciocínio aparente ou certamente simplista de propor a transferência desse atendimento de uma Secretaria como a da Promoção Social para qualquer outra, como a da Educação. A mudança de "Secretarias" não necessariamente altera as práticas e o pensamento social com relação à minoridade. Queremos sim a partir do conhecimento que temos, de ângulos diversos, lançar alguns pontos de reflexão sobre determinantes conjunturais do que hoje parece ser o caos administrativo, educacional e humano da entidade.

Quando lemos as Diretrizes Educacionais e Políticas formuladas para a FEBEM no governo Montoro, temos ocasião de observar as diferenças em relação às gestões anteriores. Há, sem dúvida, a nível mesmo das propostas e filosofia, sensíveis mudanças. De desviantes da norma e da natureza, de potenciais ou reais infratores, os internos passam a ser referidos nos documentos pós 82 como um grupo institucional que deve vir a ser sujeito de sua história. Não nos parece ser um simples jogo de palavras. Há, a nível da formulação de objetivos, uma consistência maior na concepção a respeito dessa clientela atendida. Ela passa a ser pensada como quem tem (e pode dispor de) recursos sociais, culturais, pessoais e institucionais para assumir um outro lugar nos serviços de assistência e promoção social da minoridade. Em poucas palavras, nas novas diretrizes e, portanto, na filosofia da atual presidência da FEBEM, a menina e o menino internos justificam por sua condição social um atendimento que

não privilegia a repressão, o isolamento, a contenção, mas sim a educação e a adaptação crítica à realidade. Quando, no entanto, tomamos conhecimento dos últimos fatos ocorridos, tendemos a perguntar onde é que foi que se errou, uma vez que as intenções pareciam favoráveis a pensar a instituição para a criança e não a criança para a instituição.

É aí que nosso contato como profissionais que trabalham nas diferentes Unidades Educacionais e de Triagem bem como nosso contato com os internos nos levam a fazer algumas afirmações.

Quanto aos internos, podemos notar uma situação "crônico-aguda" de prejuízos pessoais, afetivos e psicológicos que tornam cada vez mais complexa e problemática a relação no interior das práticas instituídas. Na condição de abandonado, o menino parece precisar das pautas e da rotina da Unidade para garantir sua sobrevivência psíquica. Na condição de infrator, parece aperfeiçoar o violento dribble a qualquer tipo de vínculo e a qualquer tipo de norma.

Quanto aos funcionários, nota-se que existem graus e formas diferentes de comprometimento com a mudança ou com eventuais esforços de operacionalização das Novas Diretrizes. Há também, como se poderia esperar, aqueles que resistem, ora mais ora menos explicitamente, à possibilidade de alteração; fortemente identificados como se encontram, com a carência, o abandono ou a infração (que são os "males" que a instituição pretende erradicar), as vezes boicotam de forma surda e as vezes o fazem de forma gritante. Mas, não se pode dizer que, como um todo, os agentes institucionais resistem a um processo de transformação e a um cuidado mais saudável à clientela. Existem, inclusive, em todos os níveis da hierarquia e da distribuição técnica do trabalho, profissionais que tentam criar saídas para a sua condição e a dos meninos. Um exemplo disso nós do Conselho pudemos acompanhar por ocasião do Seminário Psicologia e Instituição. Foram muitos os psicólogos, assistentes sociais e pedagogos que dele participaram, saindo com um projeto de prosseguir reuniões específicas de técnicos da FEBEM; dois meses depois uma dessas reuniões aconteceu e foi registrada num documento que o próprio Jornal do CRP-06 publicou; era uma verdadeira carta de intenções e propostas, visando a melhoria da relação que eles pudessem estabelecer com os outros grupos da instituição, inclusive os internos.

É que no "frigor dos ovos" as forças parecem se chocar e se anular até surtir efeito contrário, a ponto de a FEBEM parecer hoje, aos olhos da população, igual ou pior do que há quatro anos.

Aí é que se impõe o que, para nós, parece ser o ponto

crucial da questão: os funcionários no movimento contraditório de sua inserção nas práticas de atendimento, deveriam ter sido o grupo alvo de uma estratégia de implantação de Novas Diretrizes. Nas suas resistências, alienações, comprometimentos e anseios de mudança deveriam ter sido tomados, em princípio, como gestores da nova política. E isso poderia ter sido feito nas formas mais variadas de um trabalho organizativo. As mudanças deveriam fazer sentido ou refazer os sentidos da ação cotidiana desses profissionais. Isso, provavelmente, ter-se-ia conseguido em um "acompanhamento orgânico" do próprio trabalho no dia a dia, enfrentando cada uma das questões e das dificuldades que por ventura surgissem, cada um dos momentos de recusa ou de envolvimento com as alterações concretas ou imaginadas, projetadas. Só quando se pode passar por essa recriação de sentido da prática, pode-se efetivamente mudar.

É exatamente nesse processo de implantação das Novas Diretrizes que, a nosso ver, houve um perigoso "escoregão": a filosofia da FEBEM a partir de 1982 passou de sua idealização (para a qual até se chegou a contar com a participação de grande parte dos profissionais de base) para um suceder de "sugestões-imposições" de um centro gerador para unidades executoras. Como numa conversa de surdos. Passou também, e por essa via, da desesperança cética de alguns à confirmação da inviabilidade de novos projetos já "cantada" a priori.

Claro está que a análise que fizemos, centrada nas táticas do processo de mudança de diretrizes, não explica em si a crise pela qual a FEBEM passa. Mas permite, pelo menos em parte, entender porque intenções democráticas acabam desembocando no caos.

Muito provavelmente, devido à atrofia de canais para uma ação institucional concreta que se coaduna com as idéias de democracia, as medidas e os projetos que visavam um menino sujeito de sua história vêem agora este sujeito novamente sujeito a medidas repressivas, exigidas em caráter de urgência (como a transferência para o ICT). Mais que isto, não conseguem aproveitar dos movimentos de criação por parte do grupo que é a condição de operacionalização de qualquer mudança (os funcionários) e acaba por ratificar a resistência burocrática de sempre.

O que nós, enquanto Conselho de Psicologia, propomos?

Se ainda é tempo: a) que na FEBEM, especialmente nos estratos de direção, se repense o que é uma prática política na alteração do que já está instituído; b) que se reconheçam as diferentes expressões dos grupos que mantêm a relação básica da instituição; c) que se atente para propostas como aquelas que nasceram do encontro de técnicos da entidade, realizado em outubro do ano passado.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 6ª REGIÃO

Conselheiros: Álvaro Trujillo, Antonio Waldir Biscaro, Carlos Afonso Marcondes Medeiros, Carlos Rodrigues Ladela, Denilene Pérola A. Paoli Macário, Elizabeth Batista Pinto, Heloisa Szymanski Ribeiro Gomes, Jane Persinotti Trujillo, José Paulo Correia de Menezes, José Soltero Neto, José Sterza Justo, Lorivam Lopes (licenciado), Luiz Carlos Rodrigues de Lima (licenciado), Maria de Fátima Menezes Ventura, Maria Inez Nunes Romeiro, Maria Rosa Cavazzani, Mariliza da Costa Moreira da Silva, Mariza Oliveira Sanovicz, Marlene Guirado, Mirsa Elisabeth Dellosi, Mônica Guimarães Teixeira do Amaral (licenciada), Nanci Bührer, Selma de Souza Bastos, Silvio Leite da Silva, Sueli Duarte Pacifico, Tania Maria José Aiello Tsu (licenciada) Vania Ghirello Garcia, Vera Regina Lignelli Otero e Yvonne Gonçalves Khouri.

Sede - São Paulo: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084 - 10º andar - Fone (011) 212-8111. Delegacias - ABC (Sivo Leite da Silva): Rua Luis Pinto Flaquer, 519, 6º andar sala 61 - fone: 444-4000 - Santo André - Assis (José Sterza Justo): Rua Marechal Deodoro, 123 conj. 11 (Conjuntio Marechal) - Fone (0183) 22-6224 - Bauru (Denilene Pérola A. Paoli Macário): Rua Batista de Carvalho, 4-33, 8º andar, conj. 808 - fone (0142) 22-3384 - Campinas (Hélio José Guilhardi): Rua Barão de Jaguara, 1.481, 17º andar, sala 172 - Fone (0192) 32-5397 - Campo Grande (Carlos Afonso Marcondes Medeiros): Rua Dom Aquino, 1.354, sala 97 - Fone (067) 382-4801 - Curitiba (José Luiz G. Zaramella): Av. Tenente Coronel Duarte, 565, conj. 203 - Fone (085) 322-6902 - Lorena (Maria Inez Nunes Romeiro): Rua N.S. da Piedade, 185, sala 9 (Galeria do Hotel Colonial) - Ribeirão Preto (Vera Regina Lignelli Otero): Rua Cerqueira César, 481, 3º andar - Fone (016) 636-9021 - Santos (Antonio Carlos Simonian dos Santos): Rua Oton Feliciano, 2, conj. 53 - Fone (0132) 4-6293 - São José do Rio Preto (Kátia Vianna Ricardi): Rua 15 de Novembro, 3.171 - 9º andar, sala 91 (Edifício Metropolitan Center) - Fone (0172) 21-2883.

Jornal do CRP-06

Jornal do CRP-06 é o órgão de orientação do exercício profissional publicado mensalmente pelo Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região. Comissão de Divulgação e Contato: Antonio Waldir Biscaro, Jane Persinotti Trujillo, Mariliza da Costa Moreira da Silva e Sueli Duarte Pacifico. Editora: Vera Helena R. Carneiro Monteiro (MT. 11.578). Diagramador: Guto. Redação: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1084 - 10º andar - telefone (011) 212-8111 - 01452 - São Paulo. Composição, fotolitos e impressão: Proposta Editorial - fone 282.5992. Tiragem: 22.000 exemplares.

CRP-06 ENVIA TELEGRAMA A SENADOR NORTE-AMERICANO

A participação do CRP-06 no Fórum dos Conselhos de Saúde permite, entre outras coisas, a troca de informações e a coordenação de ações para protestar contra medidas absurdas para a saúde da população brasileira.

Assim sendo, recentemente o Conselho Regional de Farmácia informou que no Senado dos EUA tramita um projeto de lei que permite a venda aos países do Terceiro Mundo de remédios que tenham sido considerados proibidos ou danosos à saúde dos cidadãos norte-americanos. Tal projeto, que conta com a co-autoria do Sr. Kennedy (!) está sendo combatido pelo Senador Howard Metzenbaum.

Desta forma, atendendo ao pedido daquele Conselho e à coerência de uma postura multiprofissional frente à saúde, enviamos ao ilustre senador o seguinte telegrama, testemunhando a solidariedade da entidade em defesa da saúde do Povo Brasileiro:

To: Senator Metzenbaum
From: Conselho Regional de Psicologia - São Paulo - Brasil

Dear sir,

We congratulate you on your efforts

to oppose the bill nº 1848. It was with great concern that we acknowledged the bill passed in the U.S. Senate labor and human resources committee. We would like to emphasize the fact that this bill amounts to a double standard, since third-world consumers will not be afforded the same protections that american citizens have come to expect as a right.

Besides that, if the bill becomes law, it would run counter to current efforts by the United Nations and other international agencies to control world trade in hazardous products.

We hope you are successful on your efforts in the full Senate and the House of Representatives for the good of the third world populations.

Best regards
Marlene Guirado
President

Senator Metzenbaum, Howard
United States Senate
140 Russel Senate Office Building
Washington D.C. 20510, USA

Esclarecimento

No número 41 do Jornal do CRP-06, edição de janeiro/fevereiro de 1986, publicamos que "A Comissão de Ensino do CRP-06 obteve uma importante vitória na luta que vem travando para o psicólogo possa lecionar Psicologia em todos os seus ramos: foi finalmente reformulada a portaria 0035/85, que, assim, amplia o campo de atuação dos licenciados na matéria".

Na verdade a portaria 0035/85 não foi reformulada, mas foi feita para reformular e completar as portarias anteriores sobre o assunto, estabelecendo instruções para a expedição do registro profissional dos professores.

Contato com o CRP

Solicitamos a todos os psicólogos que eventualmente estejam impedidos de lecionar matérias de Psicologia no 2º Grau que entrem em contato com a Comissão de Ensino do CRP-06 para maiores esclarecimentos.

ANOTE

ANOTE tem se caracterizado como uma seção de prestação de serviços através da divulgação gratuita de cursos e atividades que nos são encaminhados. Uma de nossas preocupações em relação à divulgação desse material é quanto à qualidade dos "trabalhos" que são oferecidos. Na medida em que ultimamente temos recebido algumas solicitações pouco completas em relação a cursos e eventos, estamos solicitando que esse material seja mais detalhado.

Com relação aos cursos, o CRP-06 pede que sejam fornecidos dados completos a respeito dos objetivos, fundamentação teórica, forma de trabalho, material bibliográfico e custo. Em relação ao profissional, pedimos um pequeno currículo informando sobre cursos feitos e as atividades que já desenvolveu e que vem desenvolvendo. Das entidades promotoras de eventos e cursos, solicitamos informações sobre suas propostas básicas e, caso seja registrada no Conselho, seu número de inscrição.

Com esses pequenos cuidados, que a primeira vista podem parecer burocráticos, o Jornal do CRP-06 terá condições de melhorar ainda mais a seção ANOTE.

HISTÓRIA DA FILOSOFIA. Promovido pelo C.A. do Instituto de Psicologia da USP, o curso tem por objetivo a compreensão das teorias psicológicas em suas bases filosóficas. Maiores informações com Leopoldo no IPUSP ou pelo fone (011) 872.4012.

O GRASP — Grupo de Atividades e Supervisão em Psicologia promoverá os seguintes cursos neste semestre: Terapia Psicomotora; Técnicas de Relaxamento e Autopercepção; Ludoterapia e Psicomotricidade para Educadores. Maiores informações à rua Borges Lagoa, 1.231 - cj. 101 - Fone: (011) 544.1413 Vila Clementino - São Paulo.

O Departamento de Psicodinâmica da Faculdade de Psicologia da PUC/SP estará promovendo, de 15 de abril a 8 de julho próximo, o curso de extensão universitária **ABORDAGEM DA ARTICULAÇÃO SEXO-LINGUAGEM**

EM PSICANÁLISE. As inscrições se estenderão até o dia 14 de abril próximo. Maiores informações à rua Ministro Godoy, nº 969 — Perdizes - 3º andar do Prédio Novo - sala 326 - fone (011) 263.0211 ramais 273, 219, 236 e 305.

ENCONTRO COM JUNG. Com início programado para 3 de abril, abordará dois segmentos da temática de Jung: Sobre os Sonhos e Relações Humanas. Informações e inscrições à Av. Paulista, 2.073 horas 1-6º andar 606 fone: 288.8409 das 13:00 às 19:30 horas.

GRUPO DE ESTUDO: "O Inconsciente" (1º Ciclo). Com início programado para a primeira semana de abril, serão abordados em seu programa temas como O conflito psíquico, A descoberta do corpo para o prazer, Fantasia e realidade psíquica, Casos Clínicos, etc. Entrevistas podem ser marcadas com Marta, pelo fone

(011) 62.1936, ou à rua Piracema, 197, das 13:00 às 21:00 hs.

Grupos de estudo, a partir de textos de Freud: O CONCEITO DE SEXUALIDADE NA PSICANÁLISE — SEXUALIDADE INFANTIL — SEXUALIDADE FEMININA. Maiores informações pelos fones (011) 263.9521, 872.9130 e 64.2033.

A Unidade de Vivência e Terapia está abrindo vagas para grupos de crianças com distúrbios perceptivos que possam beneficiar-se de um trabalho sistemático através do Método de Percepção Visual Marianne Frostig. A Unidade, a médio prazo, estará iniciando treinamento e supervisão para profissionais da área que se interessarem pela utilização do material Frostig. O endereço da U.V.T. é rua Borges Lagoa, 793 - CEP 04038 fones: (011) 571.0931 e 572.6407 - Vila Clementino São Paulo.

PROCURA-SE

• O Dr. C. David Jenkins, diretor da Divisão de Ciências Socio-médicas do Departamento de Medicina Preventiva e Saúde Comunitária da University of Texas Medical Branch — UTMB, está interessado em estabelecer contato com psicólogos brasileiros que possuam especialidade na área de tes-

tes e medidas. Os interessados podem enviar correspondência para Division of Sociomedical Sciences, Department of Preventive Medicine & Community Health - The University of Texas Medical Branch, Galveston, Texas 77550 USA — fone: 409/761-2551 — telex 765465.

• O psicólogo Dirceu R. Carvalho gostaria de entrar em contato com psicólogos clínicos que atendem a escolares do 1º grau, encaminhados em razão de dificuldades de escolaridade, e que desejam colaborar com pesquisa sobre este tema. O telefone para contato é (011) 262.6915.

Agenda

6/2/86 — A delegada de S. J. do Rio Preto, Kátia Viana Ricardi, esteve presente nas solenidades de inauguração do Centro de Estimulação Municipal, promovida pela Prefeitura daquela cidade.

3/3/86 — A conselheira-presidente, Marlene Guirado, esteve representando

o CRP na Semana de Psicologia - Mulher e Promoção Social, promovida pela Secretaria da Promoção Social de Guarulhos.

7/3 e 8/3/86 — A conselheira Mirsa Elisabeth Dellosi participou da Pré-conferência Estadual de Saúde, realizada no Centro de Convenções Rebouças.

14/3/86 — A conselheira Mirsa Elisabeth Dellosi representou o CRP na posse do I Colegiado do Conselho Regional de Fonoaudiologia.

17/3 a 21/3/86 — A conselheira Mirsa Elisabeth Dellosi esteve presente na VIII Conferência Nacional de Saúde, em Brasília.

ERRATA

Em nossa última edição, janeiro/fevereiro de 86, em nota publicada na primeira página, sobre a demissão na Farias Brito, cometemos um lamentável erro gráfico; onde se lê desmanchar 'janelas' de professores deve-se entender desmanchar 'pânelas' de professores.

Volks institui prêmio

A Fundação Volkswagen, com o objetivo de incentivar pesquisas sobre a saúde do trabalhador, está instituindo um prêmio no valor de aproximadamente Cz\$ 14.000 aos pesquisadores. Poderão concorrer cientistas e técnicos brasileiros com pesquisas ligadas à saúde do trabalhador nas áreas de Medicina, Engenharia, Química, Toxicologia, Psicologia, Fisiologia, Saúde Pública e Ergonomia.



Palavra Aberta

Tomei conhecimento da publicação, no jornal desse Conselho, de um estudo sobre reabilitação profissional da psicóloga Frida...

Como trabalho em reabilitação profissional e já atuei nessa área também em São Paulo, período em que pertencia a esse CRP, interessei-me por tal estudo e peço-lhes, se houver possibilidade, que me envie o jornal, para divulgação e estudo entre os psicólogos do Centro de Reabilitação Profissional do INPS em Belo Horizonte.

Marina Keila da Silva Razuk
CRP-04/2026

Encontro de psicologia em Cuba

O Encontro Sobre Questões Teóricas, Ideológicas e Metodológicas da Psicologia na América Latina, a ser realizado em Havana de 30 de junho a 4 de julho, marcará a ocasião em que pela primeira vez será discutida aberta e oficialmente, num país socialista, a questão da psicanálise e suas relações com a teoria e prática marxistas. Esse encontro será promovido pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Havana e pela Sociedade de Psicólogos de Cuba e apresentará uma reunião de trabalho ampla e aberta que, segundo seus organizadores, pouco terá a ver com um congresso convencional.

Desse encontro deverão participar 200

brasileiros, 100 latino-americanos e 150 cubanos e o temário abrange temas tais como "Estágio atual da psicanálise e do enfoque marxista em psicologia na América Latina", "Ensino e formação de profissionais de psicologia na América Latina", "Perspectivas profiláticas da psicanálise e do enfoque marxista em psicologia e suas práticas institucionais e comunitárias" e outros. Na semana seguinte ao encontro haverá um programa de visitas e debates em áreas de interesse profissional para possibilitar aos especialistas em várias áreas da saúde mental o intercâmbio em seu próprio campo de atuação entre si e com os cubanos. Maiores informações e inscrições: Rua Atibaia, 355 — CEP 01235, São Paulo, SP fone: (011) 62.2681.

Comissão de Trabalho inicia integração sede/delegacias

Com o objetivo de integrar, organizar e agilizar os serviços, o CRP-06 criou uma Comissão de Trabalho, que pretende reunir-se periodicamente em todas as Delegacias com as secretárias, conselheiros-delegados e delegados das mesmas.

Formada pela conselheira Mirsa Elisabeth Dellosi, pela gerente executiva Idealina Aguiar Esteves e pela assistente das Delegacias Sonia R. Leonildo, a Comissão pretende, entre outros pontos, atualizar o patrimônio, facilitar a descentralização da verba do fundo fixo, harmonizar as tarefas entre delegacias e sede, etc.

Até o momento, foram visitadas as Delegacias de Santos e Santo André e a experiên-

cia se revelou bastante satisfatória, tanto quanto aos objetivos, como também à receptividade obtida pela Comissão.

Antecipando-se algumas avaliações da Comissão, verifica-se que a articulação técnico-política e a autonomia de cada Delegacia passam necessariamente pela organização das tarefas administrativas e, neste aspecto, a experiência de uma Delegacia pode ser de grande valia para uma outra ou para a própria sede.

Uma das perspectivas que se tem com este trabalho é que, ao final, pretende-se elaborar um relatório geral, onde deverá aparecer também os trabalhos realizados pelas Delegacias junto aos psicólogos.

Secretaria nega pedido do CRP-06

Em 14 de junho de 1984 o Conselho Regional de Psicologia 6ª Região enviou à Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal de São Paulo um ofício solicitando a redução da jornada de trabalho dos psicólogos desta prefeitura para 24 horas semanais. A Assessoria Jurídica do CRP-06 baseou o pedido na indefinição da Lei 8.807 de 26 de outubro de 1978 que, por exclusão, deixou os psicólogos no item II, ou seja H-33, que corresponderia à prestação de 33 horas semanais de serviço.

Para o CRP-06, o legislador não deixou bem claro qual o critério utilizado para definir e agrupar as categorias profissionais no enquadramento da jornada de trabalho e deveria ter sido feita uma análise real de cada profissão, com a consideração das características do trabalho e as técnicas adotadas, além das condições materiais e humanas para sua realização.

Na solicitação feita à Prefeitura Municipal de São Paulo o CRP-06 deixa claro que o desempenho do profissional Psicólogo é tão desgastante quanto o do médico ou do educador e que a tarefa mereceria ser enquadrada na jornada de trabalho H-24, fato que na prática já vem acontecendo com certa frequência no serviço público municipal, mas que não é sancionado por nenhuma norma legal.

Este pedido do CRP-06 dormitou algum tempo nos corredores da administração municipal até que em 24 de fevereiro último,

pouco mais de um mês depois da posse do novo prefeito, numa certamente discutível demonstração de rapidez burocrática, o Secretário Municipal da Administração Wilson Fernandes Pereira colocou um peremptório NÃO diante da reivindicação do Conselho.

Baseado no parecer da administradora Regina Serra, a Secretaria da Administração entendeu que o artigo 16 da Lei 8.807/78 especifica a jornada de trabalho do Quadro Geral do Pessoal, no qual estão incluídos os psicólogos. A mesma administradora negou que na prática os psicólogos estivessem em regime de trabalho de 24 horas semanais, não havendo, no seu entender, razão para alterações na legislação em virtude de qualquer "direito adquirido".

Assim, a Secretaria Municipal da Administração concluiu que a norma do Serviço Público Municipal, para os funcionários do quadro geral do pessoal e para os admitidos, é a obrigatoriedade de prestação de 40 horas semanais de trabalho, ressalvadas situações especiais previstas. "Assim, a alteração pretendida pela referida categoria profissional viria de encontro aos objetivos e interesses da Administração, além de ser inconveniente, face aos reflexos que provocaria entre os demais profissionais, que invocariam o precedente em proveito próprio, razões pelas quais, parece-nos que o pedido não tem condições de prosperar".



NOTÍCIAS DAS DELEGACIAS



Representantes da Secretaria de Saúde Estadual e do INAMPS no Centro de Convenções Rebouças.

ABC: projeto para atendimento ao adolescente

A Delegacia Regional do Grande ABC, em decorrência do trabalho que vem sendo feito com setores das Secretarias de Saúde e Inamps, apresentou, no dia 7 de março último, no Centro de Convenções Rebouças, um miniprojeto de atuação do psicólogo no Projeto de Ações Integradas de Atendimento ao Adolescente, projeto este que vem sendo desenvolvido a partir de um programa mais amplo de atendimento à saúde integral da mulher, que está sob a coordenação da Dra. Albertina Duarte Takiuti, do Inamps.

Para a elaboração do trabalho apresentado pela Delegacia foram realizadas várias reuniões, com a participação de psicólogos das áreas de Saúde, Escolar e demais Comissões pertencentes à regional do ABC. Neste sentido, também colaboraram representantes das Secretarias de Saúde e centros de saúde Mental de Santo André e São Bernardo do Campo.

Além dos psicólogos, outros setores da Saúde e Educação também apresentaram seus trabalhos no Centro de Convenções.

PROJETO

A apresentação do projeto foi feita pela delegada adjunta Marlene Bueno Zola, Sônia Trevisan e Maria Lúcia Pietracatelli da Comissão de Saúde.

O projeto exposto tem como objetivo uma atuação do psicólogo junto ao adolescente nos centros de saúde, postos de saúde e ambulatorios, podendo ser de caráter preventivo e/ou curativo, sendo desenvolvido em equipe multiprofissional, o que possibilita um atendimento globalizado. É relevante, entretanto, a interação psicólogo da saúde x psicólogo escolar, visto que a demanda maior de adolescentes se encontra nas escolas.

Considerando-se a atuação dos psicólogos nos P.S., C.S. e ambulatorios, de forma geral podem ser realizadas as seguintes atividades: psicodiagnóstico, acompanhamento psicoterapêutico, orientação vocacional, orientação a gestantes, psicomotricidade, dinâmica de grupo sobre temas diversos, orientação aos pais, e na área de desenvolvimento de Recursos Humanos, programas de treinamento para profissionais.

Na escola, é necessário que o psicólogo da saúde assessore o psicólogo escolar para que seja efetuada orientação aos pais e alunos sobre aspectos da adolescência, orientação aos professores, assim como estimulação e valorização do adolescente através de grupos de lazer ou trabalho, palestras debates, etc.

Além deste plano geral de atuação do psicólogo no projeto, a Delegacia do ABC continua mantendo contatos com a coordenação, assim como com o programa integrado, que está sendo desenvolvido em São Bernardo do Campo, reafirmando, desta forma, a proposta de maior inserção social da categoria junto à população.

INAUGURAÇÃO

Ainda no dia 7 de março passado, foi inaugurado o PAM da Várzea do Carmo, onde passa a funcionar o primeiro ambulatorio integrado para o atendimento ao adolescente.

Delegacia de S. J. do Rio Preto cria Comissão de Psicologia Institucional

A Comissão de Psicologia Institucional, que acaba de ser criada na Delegacia Regional de São José do Rio Preto, já se encontra em plena atividade.

A proposta inicial para a criação da Comissão surgiu durante reuniões realizadas na sede da Delegacia, dias 15 de outubro e 19 de novembro passado, visando troca de experiências sobre o Seminário Psicologia e Instituição, promovido por este CRP e do qual participaram duas psicólogas da região: Gyslaina Gomes Canizza e Maria Alice Fachini.

A intenção da Delegacia é reunir profissionais, sejam eles da área institucional ou não, no sentido de se aprofundar sobre a questão sobre o que é instituição, assim como exposição de trabalhos e troca de experiências. Os objetivos da Comissão, já pautados em reuniões anteriores, são os seguintes: esclarecer, definir, organizar e documentar o trabalho do psicólogo na área de psicologia institucional; realizar um levantamento das necessidades reais de atuação; abrir campo de trabalho na área; promover a imagem do psicólogo frente à comunidade e às instituições da região; realizar intercâmbio de experiências com profissionais que atuam em outras regiões; promover seminários, palestras, etc.

A Comissão, que se reunirá mensalmente, está sob a coordenação da psicóloga Maria Alice Fachini. A Delegacia convida a todos os interessados a virem participar da Comissão. Informações sobre dia e horário das reuniões podem ser obtidas na sede da Delegacia, à rua 15 de Novembro, 3.171, 9º andar - sala 91 - Edifício Metropolitan Center - fone: (0172) 21-2883.

ÉTICA

Em Rio Preto, também está em vias de ser criada a Comissão de Ética. Os interessados podem contatar a Delegacia para obterem maiores informações sobre dia e hora da reunião inicial.

CRP prepara-se para a eleição

O CRP-06 já está se preparando para a sua próxima eleição. Ela acontecerá dia 27 de agosto e, embora a data pareça remota, é essencial que tanto categoria quanto Conselho comecem a se articular para o início desse importante processo, que elegerá os novos conselheiros do CRP.

Para esclarecer possíveis dúvidas, publicamos nesta edição alguns itens que dizem respeito ao Regimento Eleitoral do Conselho e que julgamos poder interessar à categoria. Convém lembrar que o voto é secreto, pessoal, intransferível e obrigatório e é considerado eleitor todo o profissional que tiver com inscrição principal no CRP, assim como quite com a tesouraria e em pleno gozo dos seus direitos.

— Os membros efetivos e suplentes dos Conselhos Regionais de Psicologia serão eleitos em Assembleia Geral por maioria simples de votos.

— O psicólogo votará e será votado somente na jurisdição de sua inscrição principal.

— Se o eleitor deixar de votar incorrerá em multa, salvo se apresentar justificativa por escrito dentro de 90 dias contados da realização do pleito.

— O mandato do Conselheiro é de três anos, permitida a reeleição nos termos da Lei 5.766/71.

— É elegível o psicólogo que satisfaça aos seguintes requisitos: ser cidadão brasileiro; encontrar-se em pleno gozo de seus direitos profissionais; ter inscrição principal no CRP há mais de dois

anos; inexistência de condenação à pena superior a dois anos em virtude de sentença transitada em julgado, salvo reabilitação legal; inexistência de penalidade por infração ao Código de Ética, transitado em julgado há menos de nove anos; estar quite com a tesouraria, relativamente aos exercícios anteriores.

— São impedimentos para a candidatura ao mandato de membro do CRP: ocupar ou exercer função, emprego ou qualquer atividade remunerada em Conselho de Psicologia; ter perdido mandato eletivo em Conselho de Psicologia, excluído o caso de renúncia; ser membro efetivo ou suplente do CRP, integrar a Comissão Eleitoral.

— O CRP nomeará uma Comissão Eleitoral, constituída por três psicólogos, que tomará as providências necessárias, no que lhe couber, para o cumprimento do Regimento Eleitoral.

— CRP poderá dividir o território de sua jurisdição em zonas eleitorais, definindo os municípios que as integrarão, para facilitar os trabalhos, nelas instalando as Mesas Eleitorais que julgar conveniente.

— A convocação para integrar Mesa Eleitoral ou subcomissão não poderá ser recusada sem motivo de força maior, sob pena de incorrer o nomeado em falta disciplinar prevista em lei.

— A Assembleia Geral do Conselho

Exercício ilegal da profissão: crime

O CRP-06 manifestou-se favoravelmente ao Projeto de Lei nº 4470-A/81, de autoria do deputado Darcy Passos, que define o exercício ilegal da profissão como crime e não mais como contravenção. Este projeto, se aprovado, revogará o artigo 47 da Lei das Contravenções Penais.

De acordo com o parecer da assessoria jurídica deste Conselho, "um crescente número de pessoas que não preenchem os requisitos legais a que estão obrigados para o efetivo exercício profissional" têm-se aproveitado deste caráter de impunidade que reveste o citado artigo, na medida em que a pena a que está sujeito o contraventor pode ser convertida em multa, não resultando em maiores danos a quem a infringiu, daí a importância de se aplicar uma lei mais severa, mais intimidativa para inibir esse tipo de incidência.

O CRP-06, por entender que o projeto do deputado Darcy Passos trata de matéria de grande interesse de diversas entidades representativas das categorias profissionais, julga importante um esforço conjunto para a aprovação do projeto. Neste sentido, já foi enviado ofício à Comissão de Constituição e Justiça do Senado onde o Conselho manifesta seu apoio.

Reginal será convocada pela imprensa, por Edital afixado na sede do Conselho e por correspondência ou publicação oficial do CRP, dirigido aos seus integrantes, com antecedência mínima de 90 dias, em relação a data da realização da eleição.

— O CRP receberá os pedidos de inscrições de chapas no período compreendido desde a divulgação do edital até o 45º dia antes da data designada para a realização do pleito.

— Os interessados deverão apresentar chapa contendo tantos nomes para membros efetivos e suplentes quantos forem as vagas a serem preenchidas.

— A inscrição da chapa será solicitada à Comissão Eleitoral, através de requerimento firmado pelo encabeçador de chapa, acompanhado de declarações de concordância assinado pelos demais integrantes.

— As chapas inscritas e aprovadas constarão de edital a ser afixado na sede do Conselho, até 30 dias antes da primeira data fixada para a realização das eleições.

— As chapas concorrentes constarão de cédula única a ser organizada, impressa e entregue aos psicólogos na hora da votação, bem como enviada e colocada à disposição em locais pré-determinados.

— O presidente da Mesa fornecerá comprovante de comparecimento, em formulário próprio, a quem o solicitar.

— Não é permitido o voto por procuração.